

# A CRISE NO SISTEMA EDUCACIONAL PÚBLICO BRASILEIRO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcelo Queiroz Oliveira Júnior<sup>1</sup>

Nos últimos dias ouvi muito a frase “a pandemia causou uma crise na educação pública brasileira”. De início concordei com a afirmação, porém hoje, refletindo um pouco mais sobre o assunto, reformulo a frase. Podemos dizer que *a pandemia agravou a crise na educação pública brasileira*. É notório que o nosso sistema educacional vem sofrendo uma crise há bastante tempo.

Entre os anos de 2013 e 2014, estagiei na Secretaria Municipal de Educação de Jequié (SME). Desde essa época ouvia constantemente que a educação passa por uma crise. Recordo-me que, no fim do ano de 2017, quando resolvi trancar o curso de Direito com o intuito de migrar para Letras Vernáculas, recebi diversas críticas disfarçadas de conselhos, inclusive de amigos e conhecidos da área da educação. Falavam “Você vai se arrepender, a educação está em crise”. Mas afinal, que crise é essa da qual todos falam?

---

<sup>1</sup> Marcelo Queiroz Oliveira Júnior, graduando em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/Campus Jequié – Bahia/Brasil. Departamento de Ciências Humanas e Letras – DCHL. Idealizador do *Projeto Social Semear* e do Simpósio *A invisibilidade do Trabalho Infantil na Contemporaneidade - Com ênfase em Jequié* e co-idealizador da *Biblioteca Comunitária Semear*. Integrante do *Grupo de Estudo Direito e Literatura* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> Cidade localizada no sudoeste da Bahia/Brasil, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata, com população estimada em 155 966 habitantes, de acordo dados coletados em 2019.

No fim de abril de 2018, atuei como professor estagiário em uma escola localizada em um bairro periférico de Jequié<sup>2</sup>. Estava ansioso, amedrontado, mas ao mesmo tempo, muito feliz. Contudo, para minha surpresa, na primeira semana essa felicidade diminuiu significativamente e a ansiedade e o medo aumentaram assustadoramente. Me senti acuado diante daquela realidade, a qual até o momento tinha apenas ouvido falar. Meu primeiro choque ocorreu quando ouvi da gestora, “Professor, temos cota de impressão e xerox”. Em seguida, me apavorei ao perceber que dos 40 alunos da classe, 10 não eram alfabetizados, 20 não eram letrados e 10 eram alfabetizados e letrados e precisavam avançar. Posteriormente, vi os alunos durante uma semana indo embora antes do horário porque não havia merenda na escola. Sem contar no desafio que foi ganhar a confiança dos discentes e criar um ambiente propício para o ensino-aprendizagem. Na sala dos professores, ouvia diariamente as lamentações sobre a desvalorização da classe e a falta de investimento do governo nas escolas públicas. No fim do mês, o valor da bolsa auxílio não foi paga, mas não foi apenas os estagiários que não receberam, o pessoal dos serviços gerais também.

Entretanto, apesar de toda dificuldade encontrada, segui perdendo noites de sono preparando as aulas, mesmo correndo o risco de não poder executá-las, pois como não estava tendo merenda na escola, os discentes precisavam ir embora mais cedo. Segui estudando maneiras para conseguir lidar com a heterogeneidade da sala, pesquisando atividades lúdicas, na tentativa de conseguir atrair a atenção dos alunos. Continuei tendo que pagar o transporte com meu dinheiro para ir à escola, pois meu auxílio não era pago. Segui imprimindo e xerocando materiais para trabalhar com os alunos com meu dinheiro, na maioria das vezes, uma vez que minha cota na instituição tinha finalizado. No fim de semana tentava me recompor, pois, na segunda-feira, começaria tudo novamente.

Quando finalizei esse estágio, surgiu a oportunidade de substituir uma amiga em outra escola no mesmo bairro. Lecionaria agora para a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Na caderneta, constavam 30 alunos, mas apenas 10 frequentavam as aulas. Pessoas mais velhas que eu, retornavam à escola devido às exigências do mercado de trabalho. No meu primeiro dia, mais uma vez ouvi, “Professor, temos cota de impressão e xerox”. Percebi novamente a heterogeneidade da turma. Presenciava os alunos indo embora mais cedo, porém o motivo não era a falta de merenda, mas sim o cansaço advindo do trabalho durante o dia. Novamente perdi noites estudando, procurando meios para atrelar o conhecimento científico com o saber popular (cotidiano), na tentativa de atraí-los. Mas algo tinha mudado, eu não ouvia mais os professores reclamando, pois

faltava professor. Mediante a todos esses fatores, agora tínhamos um terrível agravante, o alto índice de evasão dos discentes.

Em ambas as instituições, havia um fenômeno que me incomodava muito, a normatização dos problemas enfrentados. Não haver merenda na escola, lamentavelmente, é corriqueiro. Não ter papel ofício e toner nas impressoras, se tornou natural. A falta de valorização aos professores é um problema antigo. No fim do mês, não receber o pagamento não acontece apenas com os estagiários, mas também com o pessoal dos serviços gerais, que apesar de não receber tem que continuar no emprego pois não há novas oportunidades no mercado de trabalho. As pessoas que lidam diretamente com a educação sabem que esse sistema apresenta uma crise há bastante tempo. A pandemia, sem dúvida alguma, agravou a situação, mas não a criou.

Nos últimos anos, essas dificuldades aumentaram. A educação pública passou a enfrentar graves ataques. Acredito que todos devem se lembrar do tenebroso projeto *Escola Sem Partido*, uma tentativa de amordaçar os professores. Nas eleições presidenciais de 2018, o atual Presidente da República, em seu plano de governo, informava que desejava *modernizar* a educação, para tanto, pretendia expurgar a ideologia de Paulo Freire, utilizada atualmente; alterar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e acabar com a aprovação automática e *disciplinar* dos alunos na sala de aula. Por fim, num momento de instabilidade política e econômica, o Conselho Nacional de Educação (CNE), decide, em virtude da suspensão das aulas devido à pandemia causada pelo novo covid-19, e conseqüentemente, da necessidade do distanciamento social, aprovar um texto considerando como dias letivos as aulas online. Vale ressaltar que, essa decisão reforça a desigualdade social de privilégios, excluindo um grupo de indivíduos do acesso à educação, acesso esse instituído na Constituição Federal de 1988, podendo inclusive causar futuras possíveis desistências e oferecer, ainda para aqueles que têm acesso livre a internet, uma educação de pouca qualidade, uma vez que os professores precisarão de tempo para se capacitarem e se adaptarem ao mundo virtual (assunto que abordei em um texto anterior, publicado na *Revista Direito, Estado e Sociedade*, intitulado *Educação Básica Brasileira em época de Covid-19: aulas EaD*).

Todos esses problemas na educação contribuem para a formação de pessoas robotizadas e passam por falsas transformações que ocultam uma continuidade de engrenagens de poder, as quais se perpetuam desde a formação do país enquanto nação. É introduzido na população, inclusive por muitos educadores, uma crença que apenas o seu interesse deve ser o primordial para que seus objetivos, metas e satisfação enquanto cidadão sejam supridos. Diante disso, ocorre a cegueira geral

de que o bem-estar e a empatia pelo outro é desnecessário. De acordo com Guilherme Lima, em uma publicação feita na *Revista Prosa Verso e Arte*, intitulada *Deseducar para controlar: a ignorantização como projeto de poder*, “todos têm o mínimo de suas necessidades de vida, consumo, lazer, segurança, saúde e educação, a existência da sociedade e seu desenvolvimento atinge todas as expectativas e estabilidade para que aqueles pertencentes a ela se sintam aplacados e satisfeitos em sua condição existencial”.

Todavia, afirmo que, a falta de solução para os problemas apresentados no setor educacional, é estratégico. Conforme dito por Freire (1986), “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”. Os governantes buscam ferramentas para manter as penúrias sociais, sucatear a educação é uma maneira de alcançar essa meta. Cada vez mais dou razão a Darcy Ribeiro “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”.

#### REFERÊNCIAS:

- LIMA, Guilherme. *Deseducar para controlar: a ignorantização como projeto de poder*. Revista Prosa Verso e Arte, 2020. Disponível em: [https://www.revistaprosaversoarte.com/deseducar-para-controlar-a-ignorantizacao-como-projeto-de-poder/?fbclid=IwAR1EoTdRQ3C1beQRUooOeTCpulcJLXS\\_jD2kxf6EgHKbHudWZ1JGDxbqBvo](https://www.revistaprosaversoarte.com/deseducar-para-controlar-a-ignorantizacao-como-projeto-de-poder/?fbclid=IwAR1EoTdRQ3C1beQRUooOeTCpulcJLXS_jD2kxf6EgHKbHudWZ1JGDxbqBvo). Acesso em: 20/05/2020.
- FREIRE, P. (1998). *Pedagogia do Oprimido*. 25ª ed. (1ª edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Marcelo Queiroz. *Educação Básica Brasileira em Época de Covid-19: aulas EaD*. Revista Direito, Estado e Sociedade. Disponível em: <https://medium.com/@revistadireitopuc/educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-brasileira-em-%C3%A9poca-de-covid-19-aulas-ead-8002e196cbce>. Acesso em: 19/05/2020.